

Empoderamento comunitário: a importância da capacitação técnica feminina

Ester Carro e Angelica Benatti Alvim

CARRO, Ester; ALVIM, Angelica Benatti. Empoderamento comunitário: a importância da capacitação técnica feminina. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 136-154, ago 2024

data de submissão: 31/03/2024
data de aceite: 19/06/2024

Ester CARRO é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, bolsista do IPM e presidente do Instituto Fazendinho. Email: estercarro@fazendinho.org

Angelica Benatti ALVIM é Doutora, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Bolsista Produtividade CNPq. Email: angelica.alvim@mackenzie.br

Resumo

Cidades, substantivo feminino; mas que história contam as cidades sobre as mulheres? Como as ações de planejamento têm sido pensadas para atender as necessidades desse segmento da população? (COTA, 2021, p. 24). Ao invés de serem moldadas exclusivamente por interesses comerciais ou políticas centralizadas, as cidades precisam ser produtos da participação ativa de seus moradores, levando em consideração as urgências das mulheres na construção dos territórios e no desenvolvimento das políticas públicas. O presente trabalho discute a ótica do acesso à moradia digna ligada ao direito à cidade, destacando sua natureza holística e orientada para a participação, que visa capacitar mulheres para assumirem o controle de seu próprio desenvolvimento. Para tanto, enfoca a capacitação técnica das mulheres realizada pelo Instituto Fazendinho no Jardim Colombo, favela situada na região do Morumbi, um dos bairros mais nobres da cidade de São Paulo. Defende que o acesso a habilidades técnicas relevantes pode capacitar as mulheres a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Busca-se disseminar as experiências e resultados desta experiência como um caminho para estender os métodos e práticas da arquitetura e do urbanismo, visando melhorar as condições de vida das camadas carentes da população e potencializar seus talentos, especialmente das mulheres em comunidades urbanas.

Palavras-chave: empoderamento comunitário; contribuições técnicas da arquitetura e do urbanismo; ação comunitária; mulheres e direito à cidade; melhorias habitacionais.

Abstract

Cities, feminine noun; But what story do cities tell about women? How have planning actions been designed to meet the needs of this segment of the population? (COTA, 2021, p. 24). Instead of being shaped exclusively by commercial interests or centralized policies, cities need to be products of the active participation of their residents, taking into account women's needs in the construction of territories and the development of public policies. This work discusses the perspective of access to decent housing linked to the right to the city, highlighting its holistic and participation-oriented nature, which aims to empower women to take control of their own development. To this end, it focuses on the technical training of women carried out by Instituto Fazendinho in Jardim Colombo, a favela located in the Morumbi region, one of the most upscale neighborhoods in the city of São Paulo. It argues that access to relevant technical skills can empower women to become agents of change in their communities. The aim is to



disseminate the experiences and results of this experience as a way to extend the methods and practices of architecture and urbanism, aiming to improve the living conditions of underprivileged sections of the population and enhance their talents, especially women in urban communities.

Keywords: *community empowerment; technical contributions to architecture and urbanism; community action; women and the right to the city; housing improvements.*

Resumen

Ciudades, sustantivo femenino; Pero, ¿qué historia cuentan las ciudades sobre las mujeres? ¿Cómo se han diseñado las acciones de planificación para satisfacer las necesidades de este segmento de la población? (COTA, 2021, pág. 24). En lugar de estar moldeadas exclusivamente por intereses comerciales o políticas centralizadas, las ciudades deben ser producto de la participación activa de sus residentes, teniendo en cuenta las necesidades de las mujeres en la construcción de territorios y el desarrollo de políticas públicas. Este trabajo discute la perspectiva del acceso a una vivienda digna vinculada al derecho a la ciudad, destacando su carácter holístico y participativo, que pretende empoderar a las mujeres para tomar el control de su propio desarrollo. Para ello, se centra en la formación técnica de mujeres que lleva a cabo el Instituto Fazendinho em Jardim Colombo, una favela ubicada en la región de Morumbi, uno de los barrios más exclusivos de la ciudad de São Paulo. Sostiene que el acceso a habilidades técnicas relevantes puede empoderar a las mujeres para que se conviertan en agentes de cambio en sus comunidades. El objetivo es difundir las experiencias y resultados de esta experiencia como una forma de extender los métodos y prácticas de la arquitectura y el urbanismo, con el objetivo de mejorar las condiciones de vida de los sectores desfavorecidos de la población y potenciar sus talentos, especialmente las mujeres de las comunidades urbanas.

Palabras-clave: *empoderamiento comunitario; aportaciones técnicas a la arquitectura y el urbanismo; acción comunitaria; las mujeres y el derecho a la ciudad; mejoras de vivienda.*

INTRODUÇÃO

A noção de direito à cidade, proposta por Henri Lefebvre (1968), é essencial para entender como as comunidades, especialmente em áreas precárias, reivindicam seu direito à participação ativa na construção e modificação do espaço urbano. Lefebvre (2001) argumenta que o direito à cidade vai além do acesso físico, incluindo o direito à apropriação e participação no processo de produção da cidade. Esse conceito é particularmente relevante para as mulheres em favelas, que muitas vezes são as principais responsáveis por garantir o bem-estar de suas famílias e comunidades.

Berth (2023) enfatiza que se moramos em uma cidade, somos responsáveis por ela; construímos e vivemos nela, resistindo às suas falhas cotidianamente. Por isso, temos o direito e o dever de intervir nas decisões e nos apoderar das discussões que concernem a sua formação, a sua história e o seu desenvolvimento



sociopolítico. Essa responsabilidade é especialmente significativa para as mulheres, que muitas vezes possuem um papel central no sustento de suas famílias e comunidades.

O Jardim Colombo representa mais um exemplo contundente da ausência de políticas públicas eficazes em favelas. Localizado no Complexo das favelas de Paraisópolis, junto ao bairro do Morumbi, uma região nobre de São Paulo, o processo de ocupação dessa favela tem sido marcado por desafios significativos e uma falta notável de investimento em infraestrutura e serviços essenciais, como a educação, especialmente voltados para a capacitação de mulheres, que representam 65% dos chefes de família residente na área, segundo pesquisa realizada em 2020 pelo Instituto Fazendinho. Isso constitui a justificativa para a realização deste artigo, que demonstra que investir em alternativas técnicas, educativas e político-sociais para mulheres é necessário para transformar o caráter da ocupação local das moradias precárias nessa comunidade.

O presente artigo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica e a observação participante¹, a partir da experiência de uma das autoras que reside e lidera movimentos na favela do Jardim Colombo, objeto deste estudo. O texto se estrutura em duas partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte contextualiza o cenário das favelas e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, enquanto a segunda parte explora as iniciativas do Instituto Fazendinho e seus impactos na comunidade.

Levando-se em conta as dificuldades encontradas pelas mulheres no acesso à cidade, especialmente no contexto das políticas públicas de habitação, o artigo tem como propósito discutir como o empoderamento comunitário pode influenciar a mitigação das disparidades territoriais e promover o acesso das mulheres aos direitos urbanos.

MORADIA: CONTEXTOS E REFLEXÕES

São Paulo, a maior cidade do Brasil e capital do Estado mais rico², é um polo urbano de grande atratividade, que se constituiu recebendo migrantes e imigrantes em busca de oportunidades. No entanto, apesar de seus recordes populacionais e urbanos, a cidade ainda enfrenta profundas contradições sociais, sendo o acesso à moradia digna uma das questões mais urgentes. A dicotomia entre crescimento econômico e pobreza tem sido uma marca na história de São Paulo,

¹ Observação participante é uma técnica de pesquisa em que o pesquisador assume uma posição totalmente ativa, envolvendo-se com o fenômeno analisado. Tal participação pode assumir duas formas distintas: a natural, demarcada pelo fato de ele já pertencer à mesma comunidade; ou artificial, quando ele passa a integrar o grupo em análise. No caso desta pesquisa, a metodologia é natural, visto que a autora participa ativamente do Instituto Fazendinho. Tal reflexão é parte da sua pesquisa de doutorado, orientada pela segunda autora (Omitido para revisão).

² O município de São Paulo tem uma população de aproximadamente 11,45 milhões de habitantes, representando cerca de 25,8% da população do estado de São Paulo e aproximadamente 5,6% da população brasileira (IBGE, 2022). Economicamente, o município de São Paulo possui um PIB per capita de R\$ 66.872,84, o que representa cerca de 32% do PIB do estado de São Paulo e aproximadamente 10% do PIB do Brasil (IBGE, 2022; Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo).

com a situação se agravando significativamente desde o século passado. A ausência de uma participação popular efetiva na formulação e implementação de políticas urbanas tem contribuído para a persistência desse cenário, sem que se vislumbrem mudanças estruturais significativas no horizonte.

Magalhães (2002, p.44) afirma que, para quase a totalidade das famílias brasileiras, independentemente da renda, a moradia é o mais custoso dos bens. Para a classe trabalhadora a propriedade da casa própria depende apenas do rendimento do trabalho, desta forma dificilmente uma família desta classe poderá conseguir uma casa adequada. Se for preciso poupar previamente o necessário para construir ou comprar a casa, talvez as famílias só venham a dispor desses recursos no decorrer de muitas décadas, quando as prioridades, talvez, já sejam outras. E, para a maioria, os recursos poupados nem sempre serão suficientes.

Para esse estrato da população, cujo rendimento de trabalho não consegue assegurar seu ingresso no mercado de consumo, resta o aluguel ou aguardar sua vez no atendimento, por meio das insuficientes moradias de interesse social produzidas pelo Estado ou a ocupação de terrenos periféricos ou das edificações abandonadas nas áreas centrais.

A origem de uma favela, na quase totalidade dos casos, é um ato de ocupação veloz e improvisado. Grosso modo, o local ocupado por uma favela é um território residual, seja uma área natural da topografia inacessível, um terreno sujeito a riscos hidrogeológicos, um vazio da cidade formal não utilizado e abandonado ou um estreito entre redes de infraestrutura. A ocupação tem início com o surgimento de barracos construídos com materiais de resíduos, que constituem a primeira forma de apropriação do espaço por meio da construção de um abrigo. (TESSARI, 2022, p. 105).

Nesse contexto, muitas áreas públicas ou privadas, especialmente aquelas ambientalmente frágeis ou destinadas a usos institucionais populares, foram sendo ocupadas por favelas. Trata-se de um modelo de ocupação aleatório às normas jurídicas de posse da terra, sem infraestrutura adequada, áreas livres e verdes, que, na maioria das vezes, impacta negativamente a qualidade de vida de seus moradores. (CARRO, 2019, p. 98).

As moradias precárias com dimensões minúsculas e com estruturas improvisadas, cada vez mais presentes nas favelas brasileiras, são muitas vezes construí-

das com materiais recuperados, como madeira e plástico, sem fundações adequadas, integridade estrutural e comodidades essenciais. No processo evolutivo das construções, muitas atualmente encontram-se em alvenaria e foram divididas em diferentes casas para abrigar parentes e/ou auxiliar na renda familiar com o aluguel ou a venda do espaço. A maioria das casas em favelas mal dispõe de dois quartos, os banheiros são precários, não há ventilação, as paredes apresentam muita umidade e mofo, um número grande de pessoas vivem no mesmo espaço, mobiliários mal planejados, sem organização adequada, entre tantos outros problemas.

O improvisado busca cumprir uma necessidade básica: ter uma cobertura para sobreviver, para morar. O improvisado não desenha um layout com as funções necessárias, afinal o conhecimento técnico não alcança a todos. O improvisado limita-se a um piso, uma parede e um telhado, poucas aberturas, sem acesso à rede elétrica e hidráulica adequada, pouco ou nenhum mobiliário. O improvisado acontece pela falta de recursos, porque muitas vezes a família precisa escolher entre o alimento e o reboco do "lar". (CARRO, 2019).

A precariedade da moradia é um dos principais problemas dentro da sociedade brasileira. O déficit habitacional é nacional e bateu recorde, chegando a crescer 7% na década de 2007 a 2017, atingindo a marca de 7,78 milhões de unidades habitacionais no final da década (ABRAINC, 2019). As causas para esse desequilíbrio são diversas, mas destacam-se, sobremaneira, a inadequação das moradias já existentes e o alto custo para a manutenção dos aluguéis e para a aquisição da tão sonhada casa própria. (LIMA; SOUZA; ALBUQUERQUE, p. 384, 2020).

As mulheres desempenham um papel fundamental na luta por melhores condições habitacionais. Elas lideram ocupações, articulam políticas habitacionais e mediam diálogos entre instituições e sociedade civil, demonstrando uma consciência clara da importância da moradia digna. Essa dinâmica ressalta a violência patrimonial promovida pelo estado brasileiro, uma vez que a ausência de políticas habitacionais inclusivas perpetua a exclusão social e econômica das mulheres e de outras minorias, conforme afirma Berth (2023). Em suas palavras:

O acesso à terra e à moradia continua negado a grupos subalternizados, como mulheres, negros e indígenas (urbanos ou aldeados que dependem da demarcação de suas terras) e quilombolas, além da população ribeirinha. Com exceção das mulheres que

estão na linha de frente das lutas urbanas por moradia, liderando ocupações ou articulando políticas habitacionais, mediando o diálogo entre as instituições e a sociedade civil, raramente vemos uma consciência manifesta de que não ter uma moradia digna constitui uma violência patrimonial promovida pelo estado brasileiro, uma vez que a Constituição garante esse item como direito básico. (BERTH, 2023, p. 242).

Daniela Cota (2021) reforça a necessidade de começar a reconhecer que mulheres e homens são diferentes e têm demandas, em relação à cidade, também diferentes, algo essencial para a produção de um pensamento no que se refere a uma teoria urbana de planejamento inclusivo, vinculada ao direito à cidade. Historicamente invisibilizadas e negadas, as demandas das mulheres devem ser evidenciadas para pensarmos na produção e na reprodução das relações sociais no espaço urbano, a partir de um conhecimento ampliado dessas experiências, considerando as relações de poder (de sexo, de raça, de classe) enraizadas na nossa sociedade, e a produção continuada das desigualdades no que se refere às formas de uso e apropriação da cidade. (COTA, 2021).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento expressivo no número de famílias chefiadas por mulheres (Tabela 01), especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Esse fenômeno reflete não apenas mudanças nas estruturas familiares, mas também os desafios enfrentados pelas mulheres em assumir responsabilidades financeiras e familiares. Diante desse cenário,

Famílias chefiadas por mulheres e localização do domicílio - Brasil e Regiões, entre 1995 a 2015

Região	Ano					
	1995	1999	2003	2007	2011	2015
Brasil	9.555.110	12.291.554	15.471.420	19.581.043	24.175.166	28.614.895
Norte	449.429	622.054	948.150	1.461.362	1.755.594	2.134.508
Nordeste	2.738.347	3.380.790	4.205.780	5.228.906	6.608.884	8.073.454
Sudeste	4.468.589	5.730.611	7.073.570	8.634.650	10.523.994	12.338.354
Sul	1.290.135	1.689.884	2.222.702	2.832.668	3.560.938	3.941.310
Centro-Oeste	608.610	868.215	1.021.218	1.423.457	1.725.756	2.127.269

Tabela 1
 Famílias chefiadas por mulheres no Brasil, entre 1995 a 2015
 Fonte: IBGE/PNAD adaptado pelas autoras

fica evidente a urgência e a necessidade de criação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres.

O documento “Retrato das Desigualdades Gênero e Raça” (IPEA, 2011) apresentou indicadores que corroboram com os dados acima. De modo geral, o relatório revelou que houve um aumento da proporção de mulheres entre os mais pobres da sociedade, principalmente mulheres negras (IPEA, 2011, p. 15). Esse processo é designado internacionalmente como feminização da pobreza, que consiste em “[...] uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres” (MEDEIROS; COSTA, 2008). Os dados apontaram que os domicílios chefiados por mulheres ou por indivíduos negros “[...] se encontram sempre em piores condições, seja no tocante à probabilidade de estarem localizados em favelas, seja no que diz respeito à inexistência de esgotamento sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo” (IPEA, 2011, p. 27). Tal situação é explicada pelo fato de as mulheres, em particular as mulheres negras, continuarem expostas a múltiplas formas de discriminação social e ainda serem as mais afetadas pelo modelo econômico capitalista estabelecido, de modo que são, comumente, exploradas e discriminadas, tanto pelo gênero, como pela classe e raça (LIMA; SOUZA; ALBUQUERQUE, p. 367, 2020).

Nesse contexto, as mulheres moradoras de favelas enfrentam uma série de desafios que exacerbam suas condições de vida precárias, evidenciando a necessidade de se garantir o direito à cidade e à moradia digna. Elas são frequentemente chefes de família, responsáveis tanto pelo sustento econômico quanto pelo cuidado dos filhos e da casa, e têm acesso limitado aos recursos financeiros e econômicos necessários para adquirir ou manter uma moradia digna. Esse duplo papel sobrecarrega ainda mais essas mulheres, que muitas vezes têm que escolher entre trabalhar para garantir a subsistência da família ou estar presentes em casa para cuidar dos filhos.

Além disso, a insegurança habitacional e a falta de acesso à educação e ao emprego formal limitam as oportunidades dessas mulheres de melhorar suas condições de vida. Muitas vezes, elas são forçadas a trabalhar em empregos informais, mal remunerados e sem garantias trabalhistas. A violência doméstica e comunitária também é um problema recorrente, agravado pela falta de segurança pública e de apoio social nas favelas (Berth, 2023, p. 242). O empoderamento

comunitário contribui no desenvolvimento territorial, especialmente atendendo às necessidades das mulheres, que são as mais impactadas pela falta de infraestrutura urbana básica e pelas desigualdades sociais. Isso inclui questões como a integração urbana, o planejamento habitacional e a melhoria dos espaços públicos, visando aprimorar a qualidade de vida e facilitar seus cotidianos.

Para as mulheres em situação de violência doméstica, a insegurança da posse da habitação pode ser fatal. Ainda assim, muitas delas permanecem nos lares onde são constantemente agredidas, pois não têm outras opções de moradia. Deparamo-nos, portanto, com uma realidade na qual muitas mulheres nem sequer têm condições de ingressar em programas populares de habitação, por não terem renda própria ou por dependerem totalmente, econômica e financeiramente, do ofensor.

Por isso, destaca-se a importância de dispositivos e políticas públicas que atuam no sentido de manter a mulher como detentora da posse do imóvel no qual reside com o ofensor, priorizando o registro do imóvel em nome da mulher, nos termos da Lei n. 11.124/2005. Vale ressaltar ainda a importância de ações que promovam o seu acesso a programas de moradias populares, projetos governamentais de regularização fundiária, concessões de aluguéis sociais e demais mecanismos propostos pelo Estado para acesso à habitação de interesse social (LIMA; SOUZA; ALBUQUERQUE, p. 367, 2020).

Nesse contexto, o papel do urbanismo é fundamental na melhoria das condições de vida das mulheres em favelas. Urbanistas têm a responsabilidade de planejar e desenvolver espaços que sejam seguros, acessíveis e inclusivos para todos os moradores. Isso inclui a provisão de infraestrutura básica, como saneamento, água potável, eletricidade e espaços públicos que promovam a integração social e a segurança. Um urbanismo com perspectiva de gênero é necessário para atender às necessidades específicas das mulheres, que são frequentemente as mais impactadas pela falta de infraestrutura urbana básica e pelas desigualdades sociais.

David Harvey (2008) argumenta que o direito à cidade é também uma luta contra as desigualdades sistêmicas que impedem o acesso justo aos recursos urbanos. Isso é especialmente relevante para as mulheres em favelas, que enfrentam múltiplas camadas de exclusão e vulnerabilidade. Um urbanismo mais humano



e inclusivo deve considerar a diversidade de pessoas e de necessidades, combatendo a universalidade das soluções e promovendo um ambiente urbano que facilite o empoderamento e a participação ativa de todos os moradores, especialmente das mulheres (Cota, 2021).

O PROJETO FAZENDEIRAS E AS PRÁTICAS PARA A CONTRIBUIÇÃO NAS MELHORIAS HABITACIONAIS

O Complexo de Paraisópolis é constituído por quatro núcleos principais: Paraisópolis, Jardim Colombo, Porto Seguro e Pinheiral, totalizando uma área de 101,5 hectares. Situado na Zona Oeste da cidade, no distrito de Vila Sônia, e administrado pela Subprefeitura do Butantã, o Complexo está rodeado por residências de alto e médio padrão que caracterizam o bairro do Morumbi como uma área de alta renda. Essas edificações variam de prédios verticalizados a casas unifamiliares, todas implantadas em grandes lotes arborizados e com infraestrutura adequada. Muitas dessas construções estão próximas das comunidades do Complexo de Paraisópolis, separadas apenas por uma calçada e, naturalmente, por altos muros e segurança particular.



Figura 1

Vista aérea da favela do Jardim Colombo e seu entorno, na cidade de São Paulo

Fonte: Fabio Knoll/Instituto Fazendinhando (publicação autorizada pelos autores)

A favela do Jardim Colombo, uma das favelas que compõem o Complexo de Paraisópolis, está localizada em uma região de loteamentos particulares, originados do parcelamento de uma antiga e ampla chácara de propriedade do médico Antônio Bueno e de Joaquim Manuel da Fonseca (Figura 01). Atualmente, a favela abriga aproximadamente 18.000 moradores em uma área de 14,9 hectares. Situada no coração do Complexo de Paraisópolis, o Jardim Colombo é um exemplo claro das profundas desigualdades sociais presentes na região (CARRO, 2019).

O processo de ocupação da favela do Jardim Colombo e sua transformação segue um percurso já conhecido em outras comunidades, evoluindo conforme as possibilidades dos moradores. A presença de casas com menos de três andares está cada vez menos frequente, devido à grande quantidade de pessoas e à necessidade de moradia para atender a todos. Predominam construções de três andares ou mais, que, mesmo sendo de alvenaria, são precárias, sem revestimentos, com quase total ausência de elementos arquitetônicos e instalações mínimas.

O sistema viário é constituído por percursos feitos apenas por pedestres, conhecidos como vielas. Essas vielas, muitas vezes em forma de escadarias, adentram locais muito acidentados, difíceis de serem vencidos por outros tipos de locomoção e são, sem exceção, muito estreitas. Quando presentes, as calçadas são descontínuas e disputadas pelo comércio ambulante e pelos veículos.

As atividades comerciais e de serviços estão fortemente presentes nas ruas das Goiabeiras e Boa Esperança, geralmente inseridas no térreo, com habitação nos andares superiores. O comércio preponderantemente inclui lojas de roupas, doces, frutas, pequenos mercados e salões de beleza. Há uma ausência de equipamentos institucionais, como escolas, bibliotecas, centros culturais, hospitais, entre outros.

Neste sentido, a comunidade possui apenas o espaço "Projeto Viver" que oferece atividades no contraturno escolar para aproximadamente 160 (cento e sessenta) crianças, sem conseguir atender a demanda existente numa área com grande quantidade de público infantil, obrigando os pais com seus filhos a se deslocarem para outras regiões.

A comunidade ainda possui a sede da União de Moradores, que realiza atendimento básico diário à população; uma creche que está fechada e mais dois

espaços que, no momento, é utilizado para eventos e atividades pontuais, sem corresponder com as perspectivas de se ter atividades educacionais, culturais e recreativas devido à falta de recursos financeiros. Há uma presença de área verde próxima à nascente do córrego Itararé, porém, está cercada e inacessível para os moradores; nas demais localidades constata-se a ausência de áreas livres e áreas verdes.

No Jardim Colombo, locus geográfico do presente trabalho, pode-se considerar que o germe da participação popular surge em 1984, ano que marca um passo importante na história da comunidade com a fundação da União dos Moradores da Favela do Jardim Colombo, entidade sem fins lucrativos, criada para suprir a necessidade dos moradores de se manterem aglutinados em torno das causas comuns, principalmente o enfrentamento das carências de infraestrutura, e o acesso à saúde e à educação. (CARRO, 2019)

A decisão de institucionalizar a representação da comunidade foi fundamental para permitir a participação junto às instâncias da gestão municipal e possibilitar o acesso a programas e ações governamentais. Durante a gestão de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, através do Programa Bairro Legal (2001) definiu um plano de massas com diretrizes e usos pretendidos, índices urbanísticos e intervenções necessárias para o Complexo de Paraisópolis.

Nesse período, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002 (Lei Municipal nº 13.430) instituiu mecanismos para promover a urbanização e legalização da comunidade, transformando a área em uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). A partir de 2009, o Programa de Urbanização do Complexo de Favelas de Paraisópolis, fruto da gestão de Gilberto Kassab, focou em diversas ações para melhorar a infraestrutura e as condições de vida nas comunidades, com iniciativas específicas voltadas para a melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico e de acessibilidade. No Jardim Colombo, parte dessas ações em 2015 incluiu a melhoria das vias de acesso, instalação de equipamentos urbanos e a promoção de projetos comunitários para fortalecer a coesão social e econômica dos moradores.

Mais recentemente, em meio a um cenário de aparente estagnação e falta de perspectivas por parte dos órgãos públicos, surge um novo enfoque em ações territoriais na comunidade, destacando o protagonis-

mo feminino na liderança e práticas comunitárias, melhorias habitacionais e intervenções como se verá a seguir.

O Instituto Fazendinho, no Jardim Colombo, SP, foi criado em 2017 com o intuito de possibilitar transformações territoriais, culturais e socioambientais, feito por e para os moradores, com a recuperação de espaços livres, ações de arte e cultura, reforma em moradias precárias e capacitação feminina, visando à integração da comunidade.

A criação do Instituto alia-se ao fato que historicamente, as cidades foram concebidas e governadas com preconceitos em relação as mulheres, levando a diversas formas de discriminação e exclusão destas nos espaços públicos e na tomada de decisões. Incluiu-se iluminação inadequada, falta de transporte público, assédio, acesso limitado a recursos como educação e saúde e a desigualdade de gênero.

A expressão "direito à cidade" proposta por Lefebvre, em 1968, introduziu o conceito de direito de apropriação do espaço urbano, tanto no sentido do direito de uso para as atividades cotidianas como também do direito à participação dos habitantes como gestores do processo de produção das cidades. Assim, o "direito à cidade" significa direito "à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais" (LEFEBVRE, 2001, p. 139). Além disso, significa o "direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade" (ibidem, p. 135). Lefebvre almeja a criação de novos lugares qualificados, de simultaneidade e de encontro, onde a troca não esteja subordinada ao comércio e ao lucro. O "direito à cidade" seria, assim, o direito dos cidadãos de imaginar e realizar a cidade, contínua e concomitantemente. (COTA, 2021, p. 15)

Reconhecer e promover o direito das mulheres à cidade não significa apenas garantir o acesso físico aos espaços urbanos, na concepção do Instituto, mas também criar ambientes onde as mesmas se sintam empoderadas, valorizadas e capazes de participar plenamente em todos os aspectos da vida urbana.

De maneira geral, não percebemos, por exemplo, como o gênero interfere na qualidade de vida das cidades e nas decisões políticas sobre o espaço. Falar em cidades para as minorias sociais, isto é, para grupos de pessoas que, embora sejam maiores em



quantidade, são menores em garantias de direitos e benesses sociais, é falar de violências. Berth, p. 165.

Essas dificuldades são frequentemente agravadas pela interseccionalidade de gênero, classe social e raça, que cria um ciclo de marginalização e desigualdade. Tomando como base esses dados e a convivência diária com os moradores da Favela do Jardim Colombo, principalmente as mulheres, tornou-se evidente para o Instituto Fazendinho a urgência de iniciativas específicas para esse público, a fim de diminuir as mazelas existentes e ofertar oportunidades com perspectiva de uma nova recolocação no mercado de trabalho e empoderamento das mesmas nas ações internas da comunidade é criado cursos de qualificação para as mulheres no setor da construção civil, denominado afetivamente de "Fazendeiras". A ONG oferece o Projeto Fazendeiras" com cursos nos mais diversos segmentos da área de: pintura, azulejista, ceramista, eletricista, artesanato, marcenaria, reboco e impermeabilização. (Figura 02)

METODOLOGIA



Figura 2
Metodologia aplicada ao longo das capacitações
Fonte: Instituto Ekloos

Além do aspecto propriamente profissional, o projeto também permite melhor qualidade de vida, a partir da aplicação dos conhecimentos adquiridos na construção de residências das próprias "fazendeiras". Isso porque, ao longo da atuação do Instituto, ficou clara a predominância na comunidade de edificações precárias, erguidas em regime de autoconstrução, sem qualquer assistência técnica especializada, acarretan-



Figura 3
 Aplicação prática das aulas de impermeabilização, outubro de 2022
 Fonte: Instituto Fazendinho

do problemas de execução e, não raro, apresentando desdobramentos indesejados como trincas, umidade e goteiras. (Figuras 03 e 04)

O projeto busca educar de forma inspirada nas ideias de Freire (1970) que enfatiza a importância da educação como um meio de empoderamento, permitindo que indivíduos e comunidades compreendam criticamente sua realidade e ajam para transformá-la. Suas ideias são fundamentais para o trabalho do Instituto Fazendinho, que busca capacitar as mulheres e outros membros da comunidade, promovendo a participação ativa e a gestão colaborativa dos espaços urbanos.



Figura 4
 Participação das “fazendeiras” na primeira aula teórica no curso de azulejista, setembro, 2020
 Fonte: Instituto Fazendinho

A capacitação técnica em favelas desempenha um papel importante na transformação do território, ao fornecer habilidades técnicas, como na área da construção civil, as mulheres não apenas melhoram suas condições de vida, mas também contribuem para a revitalização do lugar em que vivem. Além dos aspectos práticos, a capacitação técnica fortalece o senso de pertencimento e empoderamento, para inclusive assumirem um papel ativo na formulação de soluções para os problemas enfrentados em suas comunidades. Ou seja, a capacitação evidencia um aumento significativo no envolvimento das mulheres em ações coletivas dentro da comunidade, o que reflete não apenas na aquisição de novas habilidades, mas também na crescente conscientização sobre a importância da participação ativa e colaborativa para o desenvolvimento local (Figura 05).

Na concepção do Instituto, é fundamental adotar diversas medidas para assegurar o direito das mulheres à cidade, incluindo a promoção de oportunidades econômicas por meio de políticas de apoio ao empreendedorismo, facilitação do acesso a empregos e disponibilização de opções habitacionais a preços acessíveis.



Figura 5

Participação das fazendeiras em atividades comunitárias na favela do Jardim Colombo em 2022

Fonte: Instituto Fazendinhando

Como alternativa encontra-se o ingresso de mulheres no ramo da construção civil, que é incentivado pelas oportunidades de salários muitas vezes superiores aos que se costumam pagar para atividades como a de doméstica. A falta de mão de obra qualificada no mercado é outro fator relevante, sem falar no diferencial que as trabalhadoras aplicam nessa profissão – são mais detalhistas e cuidadosas ao manusear os equipamentos e concluem suas tarefas com maior precisão e finalização de detalhes.

A metodologia utilizada no “Projeto Fazendeiras”, já replicada em outras favelas de São Paulo, busca ao

término das capacitações, realizar a conexão das alunas com empresas do setor. Entende-se que ampliar as possibilidades de geração de renda para as mulheres, contribuirá significativamente para o bem estar e sustento financeiro de suas famílias. O projeto também busca alinhar as capacitações às necessidades específicas das mulheres, levando em consideração suas circunstâncias individuais, preferências e desafios, desde compreender os horários mais adequados com algumas flexibilidades até a facilitação do acesso ao curso eliminando possíveis barreiras de transporte e tempo.

Stromquist (1997), ao falar de empoderamento por meio da educação, ressalta que é preciso não ser ingênuo sobre qualquer meio de educação ser uma forma de empoderamento, e que esse é um trabalho constante para que assim possa ser. Mostra que só o processo de alfabetizar, educar por si só não promove o empoderamento. Quando falamos em nós mulheres, chegar ao empoderamento passa por uma série de "degraus" e quando atrelado simultaneamente à raça, etnia e classe passamos por diversos obstáculos tanto para a aquisição de poder, como para a identificação da aquisição do alfabetismo como meio de poder. Também ao falar das dificuldades que a mulher de baixa renda tem para se empoderar, Stromquist (1997, p. 92) identifica que:

As mulheres pobres são mulheres muito ocupadas. Elas não apenas empregam muito tempo e energia respondendo às necessidades familiares, mas também enfrentam condições como o controle autoritário e rígido dos maridos, violência familiar, expectativas sociais derivadas da maternidade e um ambiente comunitário perigoso que dificulta seus deslocamentos. Nessas condições, a participação está cheia de obstáculos e poucas conseguem torná-la possível. A porcentagem de mulheres que podem participar nessas condições não é muito conhecida, mas, avaliando as taxas de participação em atividades relacionadas, particularmente nos grupos de alfabetização que exigem um compromisso prolongado, a proporção pode ser inferior a cinco por cento da população possível. Os projetos que trabalham com empoderamento serão pequenos no início e levarão um tempo substancial para amadurecer e se fortalecer. (Tradução das autoras)

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de redes busca encontrar caminhos para facilitar a vida das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, essas redes oferecem um espaço seguro para o compartilhamento de experiências e desafios, apoio emocional, troca de conhecimentos e recursos. Vale mencionar, a criação de grupos de whatsapp realizados pelo Instituto Fazendinho ao término das

capacitações com o objetivo de se unirem em torno de questões comuns, de concentrar de maneira ágil oportunidades de emprego, doações, divulgação das ações e encontros, além do vínculo que se estabelece entre elas e outros suportes que surge conforme suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia digna deveria ser garantido como um princípio básico nas políticas públicas. No entanto, ao analisarmos o panorama habitacional no Brasil, deparamo-nos com um grande número de famílias, especialmente aquelas chefiadas por mulheres vivendo em condições precárias. Diante disso, questionamos: de que direito à cidade estamos falando para as mulheres, se o acesso adequado à moradia e ao trabalho ainda permanece distante?

A carência de conhecimentos sobre técnicas de construção seguras pode levar à habitação precária e vulnerável a desastres naturais. Além disso, a ausência de educação formal e treinamento profissional limita as oportunidades de emprego e renda para as mulheres, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social.

Paulo Freire é conhecido por sua abordagem pedagógica centrada na conscientização e na emancipação das pessoas por meio da educação. Ele discute o empoderamento comunitário como um processo de conscientização que capacita indivíduos e comunidades a compreenderem criticamente sua realidade e a agirem coletivamente para transformá-la. Freire enfatiza a importância da educação como um instrumento de libertação e empoderamento, permitindo que as pessoas assumam o controle de suas vidas e participem ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

Nelly Stromquist (1997) complementa a perspectiva de Freire ao discutir os desafios específicos enfrentados pelas mulheres em contextos de vulnerabilidade social. Ela enfatiza que a educação não deve apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas também capacitar os indivíduos a questionar e transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. As mulheres nas favelas enfrentam desafios adicionais devido a questões de gênero, incluindo a responsabilidade desproporcional pelo cuidado da família e a violência doméstica, o que agrava sua vulnerabilidade social.

O caso do Instituto Fazendinho no Jardim Colombo é um exemplo prático de como a capacitação técnica pode transformar a realidade das mulheres e, por extensão, de suas comunidades. O “Projeto Fazendeiras” não apenas oferece habilidades técnicas em áreas como construção civil, mas também promove a autonomia econômica e a inclusão social das mulheres. Ao capacitar as mulheres para atuarem como agentes de mudança em suas comunidades, o Instituto cria um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida nas favelas.

David Harvey (2008) argumenta que o direito à cidade é uma luta contra as desigualdades sistêmicas que impedem o acesso justo aos recursos urbanos. Ele defende que a transformação urbana deve abordar as raízes da desigualdade e promover a justiça social. Nesse sentido, o trabalho do Instituto Fazendinho reflete a importância de iniciativas que combatam essas desigualdades estruturais e promovam a inclusão social.

Em síntese, a experiência do Instituto revela que o empoderamento comunitário, aliado a uma educação transformadora e ao acesso a habilidades técnicas, é uma estratégia eficaz para combater a desigualdade e promover o direito à cidade para as mulheres. É fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas para apoiar iniciativas como esta, garantindo recursos e criando um ambiente favorável para que as comunidades possam se desenvolver de forma sustentável e inclusiva. O reconhecimento e a promoção do direito das mulheres à cidade devem ir além do acesso físico aos espaços urbanos, abrangendo a criação de ambientes onde as mulheres se sintam empoderadas, valorizadas e capazes de participar plenamente em todos os aspectos da vida urbana.

Apesar das limitações de recursos, especialmente financeiros, e dos desafios na articulação com a gestão pública, o Instituto Fazendinho investe decididamente na concepção de que a construção coletiva do sonho, embora desafiadora, será o elemento unificador das iniciativas que levarão à transformação do Jardim Colombo e ao fortalecimento da comunidade, especialmente das mulheres que permanecem fortemente engajadas em um processo de colaboração e cooperação, valorizando suas próprias habilidades e recursos.



Referências

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. I. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288 p.

CARRO, Ester Oliveira Bashalidis. *Os espaços livres como caminho para o resgate da cidadania na comunidade do Jardim Colombo*. São Paulo / Ester Carro de Oliveira Bashalidis. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) FIAM- FAAM Centro Universitário – São Paulo, 2019.

COTA, Daniela Abritta. *Mulheres e direito à cidade – Um estudo de políticas públicas em São João del Rei, Belo Horizonte e Barcelona*/ Daniela Abritta Cota. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021.

IBGE. "Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1º de Julho de 2022". Disponível em: [IBGE](<https://www.ibge.gov.br>).

LIMA, Ellen Luiza de Oliveira; SOUZA, Luanna Tomaz de; ALBUQUERQUE, Maria Claudia Bentes. *Direito à moradia adequada e violência doméstica contra mulheres: o caso de Ananindeua (PA)*. Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 24, n. 40, p. 359-402, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive>.

MAGALHÃES, Sérgio F.. *Sobre a cidade: Habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro Editores, 2002.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. "Is There a Feminization of Poverty in Latin America?". World Development, n. 36, p. 115-127, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X07001921>.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. *Favelas em números*. IN: ALVIM, A. T. B.; RUBIO, V. M. (Org.). Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil. Contexto, dimensões e perspectivas. 1. ed. Barueri: Manole, 2022, p. 70- 99.

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. "PIB dos Municípios Paulistas". Disponível em: [Secretaria da Fazenda SP] (<https://www.fazenda.sp.gov.br>).

STROMQUIST, Nelly. *La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación*. In: LÉON, Magdalena (compiladora). Poder y empoderamiento de las mujeres. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo S.A., 1997. 245 p.

TESSARI, Alessandro. *Sobre a forma da favela*. ALVIM, Angélica Tanus Benatti, RUBIO, Viviane Manzione . - 1 ed. - Barueri, SP: Manole, 2022, p.101-123.